

Produção de uvas isenta de tributação em sede de IVA

Uma empresa tem como negócio a exploração de uma quinta (que a própria sociedade detém). Vender produtos agrícolas, principalmente uvas, e prestar serviços de hotelaria (alugar quartos, servir refeições, etc) são as principais actividades previstas. Por motivo de obras, a actividade hoteleira ainda não está a ser explorada, mas a venda de uvas é já uma realidade. Qual o enquadramento destas situações em termos de IVA?

A partir do momento em que se concretizam os necessários pressupostos, verifica-se a isenção de IVA, independentemente de o contribuinte ser pessoa singular ou colectiva. Nesta situação, não há liquidação de IVA, mas, por ser uma isenção simples ou incompleta, não poderá ser deduzido o imposto suportado nas respectivas aquisições.

No nº 36 do art. 9º do Código do IVA, encontra-se prevista a isenção deste imposto em transmissões de bens efectuadas no âmbito de actividades de produção agrícola, enunciadas no Anexo A ao Código do IVA. Estas actividades contemplam a agricultura propriamente dita, a pecuária, a apicultura e a silvicultura. No âmbito da classificação de actividades agrícolas propriamente ditas, inclui-se a viticultura, a fruticultura, horticultura floral e ornamental, mesmo em estufas, assim como a produção de cogumelos, de especiarias, de sementes e de material de propagação vegetativa ou exploração de viveiros.

Estão também isentas,

por força desta disposição legal, as prestações de serviços agrícolas definidas no Anexo B ao CIVA, quando sejam efectuadas com carácter acessório por um produtor agrícola e desde que este use os seus próprios recursos de mão-de-obra e equipamento normal da respectiva produção agrícola e silvícola. Isto é, a isenção abrange também as prestações de serviços que contribuem normalmente para a realização da produção agrícola.

A partir do momento em que estes pressupostos se concretizam, verifica-se isenção, independentemente do sujeito passivo ser pessoa singular ou colectiva.

Nesta situação, o sujei-

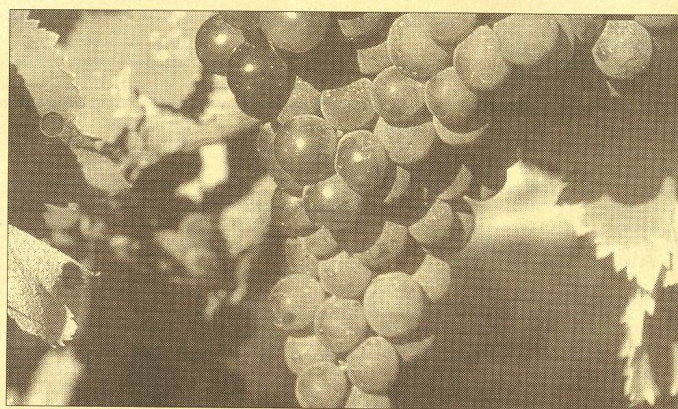
to passivo não liquida IVA, mas também por ser uma isenção simples ou incompleta, não poderá deduzir o imposto suportado nas suas aquisições.

Contudo, pode renunciar à isenção, optando pela aplicação do imposto às suas operações, conforme estabelecido na alínea c) do nº 1 do art. 12º do Código do IVA, tendo como consequência a possibilidade do exercício à dedução do imposto suportado nas aquisições.

A referida norma possibilita aos sujeitos passivos a renúncia à isenção da actividade agrícola, optando pela aplicação do imposto a essas operações, ficando enquadrados em IVA no regime normal de tributação.

Nestes casos, devem os sujeitos passivos fazer incidir imposto sobre todas as transmissões de bens relativas à actividade agrícola, bem como as prestações de serviços enunciadas no Anexo B ao Código do IVA, beneficiando relativamente a esta actividade tributada do direito à dedução do imposto suportado nas aquisições de bens e serviços a ela destinados.

Note-se que o exercício desta opção obriga o sujei-



to passivo a permanecer no regime normal por um período de 5 anos (nº 3 do art. 12º do Código do IVA).

Por outro lado, no que respeita à actividade de hotelaria, a mesma encontra-se sujeita a IVA à taxa reduzida de 5 por cento, no âmbito estrito da verba 2.15. da Lista I – Alojamento em estabelecimento do tipo hoteleiro.

Esta verba 2.15 da Lista I, anexa ao CIVA, estabelece a taxa reduzida de 5 por cento, no entanto, e tal como é referido, a taxa reduzida só se aplica exclusivamente ao preço do alojamento, incluindo o pequeno-almoço, se não for

objecto de facturação separada, sendo equivalente a metade do preço da pensão completa e a três quartos do preço de meia-pensão.

Isto significa que todos os restantes serviços prestados pelas entidades hoteleiras, estarão sujeitos ou à taxa intermédia de 12 por cento (serviços de restauração - verba 3.1 da Lista II) ou à taxa normal (restantes serviços), onde estão incluídos por exemplo os serviços de aluguer de salas.

Assim, se a sociedade

realizar simultaneamente operações tributadas em IVA (com direito à dedução) e operações isentas (sem direito à dedução) será por tal facto um sujeito passivo misto, donde tendo em conta que o direito à dedução limita-se ao imposto suportado para a realização das operações tributadas, será necessário utilizar um dos dois métodos previstos no art.º 23.º do CIVA para a determinação desse direito à dedução: - Método da dedução ou prorata e Método de afectação real.